

CÂMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

Ver. Lino do Prado Lorenzo ESTADO DE SÃO PAULO

AV. SANTOS DUMONT N.º 198 - CENTRO CEP 17.790-000 - FONE-FAX 018 3552 1152 E-mail: camara @ camarapracinha.sp.gov.br

Indicação nº 010/2023

Excelentíssima Senhora, Carina dos Santos Rodrigues Cruz. DD. Presidente da Câmara Municipal de Pracinha/SP.

Requerente: VEREADOR EDUARDO BERNARDO CRUZ Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA Câmara Municipal de Pracinha - SP

Nº Protocolo:
IV-R-245-14-04-2023
Etiqueta: 331
Data:
14/04/2023 - 10:05:33
Gerada por: Alcione Pereira da
Silva Brito
Consulta pelo site:
http://www.camarapracinha.sp.gov.brconsulta-protocolo

Ementa: "Indica criação de grupo de trabalho com objetivo de implantar medidas de segurança nos estabelecimentos Escolares do município".

INDICO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Pracinha, Sr. MAURILEI APARECIDO DIAS DA SILVA, obedecendo aos termos regimentais vigentes e com amparo no ¹Art. 227 da Constituição Federal e ²Art. 3º do ECA, dentro das formalidades legais, que seja criado em regime de urgência GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO POR PAIS, ALUNOS, CONSELHO TUTELAR, FORÇAS POLICIAIS, ENTRE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO, a fim de implantar medidas de segurança nos estabelecimentos Escolares do município.

Justifica-se, senhor prefeito, a presente indicação, tendo em vista os crescentes casos de invasões em unidades de ensino nos últimos dias, em especial ao ataque criminoso que vitimou quatro crianças em uma creche em Blumenau/SC.

Ressalta-se que tal ação tem como objetivo elaborar em conjunto com os órgãos da sociedade, medidas preventivas de segurança a serem implantadas em âmbito municipal, visando oferecer maior segurança às nossas crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, considerando as justificativas acima mencionadas, solicito a Vossa Excelência que estude com atenção a presente preposição e na medida do possível, procure atendê-la.

Câmara Municipal de Pracinha/SP, 14 de abril de 2023.

EDUARDO BERNARDO CRUZ

=Vereador=

¹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

² Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.